

Partido Democrático Republicano

Eleições para o Parlamento Europeu 2019

Manifesto eleitoral

Pela primeira vez na sua história, a União Europeia, um projeto único na história do nosso continente, corre o risco de se desagregar. Sob o efeito combinado das perturbações provocadas por uma mundialização mal regulada, pelas fortes consequências económicas e sociais da crise financeira, pelo impacto de uma revolução tecnológica sem precedentes, pela gestão caótica dos fluxos migratórios, as forças políticas ou extremistas decidiram explorar as preocupações e os medos de cidadãos preocupados e desorientados.

A Europa precisa de uma rutura, de uma refundação democrática profunda, enfim, de um novo renascimento. Os povos têm estado excluídos da visão e do destino europeu, mas o futuro da Europa está – como sempre esteve – nas suas mãos.

Chegou a hora de os democratas europeus se afirmarem.

Os partidos que dominaram a cena europeia ao longo das últimas décadas já não se encontram em condições de reavivar o fantástico movimento europeu que os pais fundadores conseguiram criar há cerca de 70 anos.

Estão sem forças e desiludiram os povos: o fosso entre os cidadãos e as instituições europeias tem vindo a aumentar e as políticas europeias são, demasiadas vezes, insuficientes ou incompletas.

Chegou a hora de os democratas assumirem o comando. Temos o dever premente de partilhar com os cidadãos o sonho europeu que nos move. Nós que somos portadores dos valores do respeito da dignidade humana, do Estado de Direito, da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da responsabilidade.

Estes valores são incorporados nas nossas sociedades através do pluralismo, da não discriminação, da tolerância, do respeito das minorias nacionais e linguísticas, da igualdade entre homens e mulheres e do investimento na juventude e educação.



O Partido Democrático Republicano (PDR), enquanto membro do Partido Democrático Europeu (PDE), quer e deve inspirar, a partir de Portugal, uma nova constelação política cujo objetivo é colocar novamente a Europa no caminho da prosperidade, da liberdade, da paz, da segurança e do bem-estar coletivo.

Não faltam projetos.

As políticas europeias focadas na luta contra as alterações climáticas são das mais ambiciosas do mundo. Mas enquanto os Estados Unidos se afastaram dos acordos de Paris, a Europa deve ir mais além com um plano ambicioso de transição para uma economia verde financiada por novos recursos próprios e criadora de milhões de novos postos de trabalho.

Criámos uma moeda única, mas a União Económica e Monetária (UEM) continua sem liderança política. Não existem instrumentos nem meios orçamentais que permitam aos Estados da zona Euro coordenar as suas políticas económicas e beneficiar da solidariedade dos seus parceiros em caso de choques assimétricos.

Criámos uma união económica e monetária, mas permitimos que os Estados-Membros se envolvam numa competição feroz em matéria fiscal, sobretudo no que diz respeito ao imposto sobre os rendimentos das empresas.

Proclamamos a nossa determinação em proteger a União Europeia dos excessos da mundialização, mas deixamos os nossos principais concorrentes externos assumir o controlo das empresas ou das infraestruturas estratégicas e não apoiamos as grandes empresas industriais europeias para fazer frente aos gigantes da concorrência.

As grandes multinacionais da Internet obtêm lucros consideráveis no espaço da UE, mas pagam menos impostos do que as PME europeias.

Adotámos, recentemente, uma base europeia de direitos sociais, mas ainda não temos instrumentos eficazes para lutar contra o dumping social dentro da própria União Europeia nem um roteiro para incentivar a convergência social, um elemento fulcral para consolidar a coesão social e territorial na Europa.

Estabelecemos formalmente uma fronteira comum, mas não a gerimos em conjunto. Além disso, deixamos aos Estados-Membros do sul o controlo quase exclusivo de dezenas de milhares de quilómetros de fronteiras marítimas e continuamos sem ter regras comuns em matéria de asilo.



Pressionamos os Estados africanos de origem e de passagem de migrantes para que limitem as partidas dos seus cidadãos para a Europa, mas ainda não implementámos o plano Marshall, que irá permitir à África garantir o desenvolvimento.

Se tivermos em conta os orçamentos dos países da União Europeia dedicados à sua defesa, verificamos que gastamos mais dinheiro do que a Rússia, mas não temos forças armadas próprias.

Trata-se de um desafio considerável, um assunto premente.

O PDR, enquanto partido europeu, aceita este desafio.

Para nós, chegou a hora de reconstruir a Europa, o que só será verdadeiramente possível se essa reconstrução assentar nos seguintes pilares.

Primeiro pilar: o que nos faz viver juntos

I) A democracia: as indispensáveis reformas institucionais

1) Listas transnacionais

A União Europeia é uma democracia inacabada. Dispõe, de facto, de um Parlamento cujos poderes têm vindo a aumentar ao longo dos anos, no entanto estes continuam a ser limitados! Não dispõe de quaisquer competências em matéria de receitas, não tem verdadeiro poder de iniciativa legislativa, reúne em sessão plenária apenas 3 dias por mês e desempenha um papel secundário na escolha dos membros do executivo Europeu.

No entanto, a sua composição resulta mais dos dinamismos nacionais do que de uma expressão dinâmica autenticamente europeia.

O PDR mostra-se a favor da introdução de listas transnacionais para a atribuição de uma parte significativa dos lugares ao Parlamento Europeu. A par dos círculos nacionais reservados aos partidos dos respetivos estado membros deveria haver também um círculo único europeu reservado a listas transnacionais apresentadas por partidos europeus que defendessem programas para toda a Europa.



2) **Reforçar a democracia participativa**

Demasiados cidadãos encaram a União Europeia como uma máquina burocrática anónima, insensível aos seus problemas e às suas aspirações e fora do alcance das suas queixas e reivindicações.

O PDR quer contribuir para a redução deste fosso. Apelamos, por isso, à União Europeia que mobilize os meios necessários para informar os cidadãos de que dispõem de um direito de petição junto do Parlamento Europeu.

Consideramos urgente rever e simplificar as regras da Iniciativa Europeia de Cidadania que permitem pedir à Comissão Europeia para apresentar uma proposta legislativa sobre um assunto que os preocupa.

3) **Combater os movimentos autoritários**

Tendo em conta as regras que, por vezes, requerem a unanimidade, não podemos tolerar que um Estado-Membro que adote um movimento populista, ou até totalitário, imponha a sua vontade sobre todos os outros membros da União Europeia. Os povos e as nações plenamente democráticas não devem nem podem, em circunstância alguma, aceitar que tais regimes paralitem e bloqueiem a União Europeia. Nenhum órgão colegial democrático funcionará bem se cada um dos membros tiver um direito de veto sobre a vontade maioritária. A Regra em democracia é a da maioria e não a da unanimidade.

O PDR recomenda a introdução do Mecanismo Europeu para a proteção da democracia, do Estado de Direito e dos direitos fundamentais, uma resolução adotada pelo Parlamento Europeu, para reforçar as competências do Tribunal de Justiça da União Europeia para lidar com violações do Estado de Direito nos Estados-Membros da UE.

II) **Reafirmar os nossos valores comuns**

A União Europeia, à semelhança de qualquer comunidade política, precisa de um conjunto comum de valores e de referências para garantir a sua coerência, orientar as suas escolhas e dotá-las de legitimidade e sentido.

Estes valores, que fazem parte do núcleo da nossa identidade europeia, foram desenvolvidos ao longo de séculos de uma história movimentada.



Foram negligenciados em tempos, desprezados noutros, mas acabaram sempre por triunfar.

Estes valores são: o respeito da dignidade humana, o Estado de Direito, a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a responsabilidade. Eles estão incorporados nas nossas sociedades através do pluralismo, da não discriminação, da tolerância, do respeito das minorias nacionais e linguísticas, da igualdade de género, da separação dos poderes. Apesar de já estarem presentes nos Tratados fundadores, estes valores apenas assumirão a sua verdadeira dimensão quando forem escritos em letras de ouro numa Constituição Europeia à qual aspiramos e pela qual nos bateremos.

III) As chaves para o futuro

A educação e as reformas são dois elementos-chave para o futuro.

A intensificação de intercâmbios políticos e culturais desempenha um papel fundamental na formação de uma identidade europeia e estimula as formas de cooperação entre os europeus.

O programa ERASMUS assume um papel essencial no reforço do conhecimento mútuo das diferentes culturas europeias, na construção de pontos comuns, na emergência de um povo europeu.

O PDR apela a que o ERASMUS beneficie de meios orçamentais acrescidos – cerca do triplo da sua dotação anual – com o âmbito de aplicação alargado aos jovens aprendizes, artistas, jovens empreendedores e que envolva a adoção de um inter-rail gratuito para jovens, ou seja, de programa de viagens totalmente gratuitas em todos os comboios da UE para todos os jovens europeus entre os 15 e os 35 anos de idade.

Precisamos dos jovens para construir uma história europeia comum, para conhecer e compreender o trabalho realizado pelas nossas instituições comuns com base num território comum. É imprescindível ultrapassar as fronteiras para progredir para um espaço público europeu, através de meios de comunicação ao nível do nosso continente que contribuam para a criação deste espaço comum europeu em complemento do espaço nacional, regional e local. Defendemos a criação de um instrumento de comunicação europeu dedicado à juventude, que poderia sensibilizar os jovens e os cidadãos em geral para o sentimento de pertença a um espaço comum, a uma cidadania europeia.



Segundo pilar: um crescimento económico sustentável e partilhado

1) O reavivar da zona euro, do projeto da inovação e de uma política industrial europeia

a) Uma zona euro sólida e governada de forma democrática

O euro é sem dúvida a maior de todas as conquistas da União Europeia. Desde a sua criação, a moeda comum cumpriu as missões que lhe foram incumbidas pelos tratados: garantir a estabilidade dos preços e favorecer as trocas. Também permitiu amortecer o choque provocado pela crise financeira de 2008, apoiar a gestão dos défices públicos e criar liquidez para relançar o crescimento.

Enquanto o sucesso do Euro suscita poucos debates, o desempenho da zona euro é mais controverso. Nos últimos anos, a taxa de desemprego da zona euro (que agrupa 19 países) foi, de forma permanente, superior à dos 28 países da União Europeia. Durante o mesmo período – e continua a ser o caso atualmente – a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto da zona euro foi inferior ao da Europa dos 28. Além disso, na zona Euro em si, os países registam mais divergências do que convergências em matéria de desempenho.

Para os cidadãos, o Euro constitui um verdadeiro paradoxo: incarna o que mais se aproxima deles (a moeda que têm no bolso), mas também o que mais se afasta (a moeda de uma zona indefinida, gerida por autocratas em organismos opacos).

O futuro do Euro e da zona euro depende de uma reconciliação dessas diferenças de perceção e desempenho.

A proposta do PDR para reavivar a zona euro baseia-se nomeadamente numa iniciativa concertada de convergência envolvendo um grupo de 5 a 7 países da zona euro pró-europeus, incluindo a França e a Alemanha que definiriam juntos um ponto de convergência em matéria de ambiente, de regulação económica, fundamentos fiscais, pilar social e direito do trabalho e cooperariam num ou dois projetos de investimento comuns na área da



inovação, de tecnologia digital ou da indústria do futuro (por exemplo, uma agência de tecnologia digital ou de inteligência artificial). Convergiram todos livremente para esse ponto, através de processos nacionais, em paralelo uns com os outros ao longo de um curto período de tempo (três anos); em suma, trata-se de uma espécie de convergência em paralelo.

O outro elemento-chave para reavivar a zona euro é, obviamente, a obtenção de recursos próprios além dos que provêm dos impostos nacionais, tal como uma taxa sobre as transações financeiras ou sobre as grandes multinacionais da internet como as GAFA (Google, Apple, Facebook e Amazon) a fim de financiar novas políticas e compensar as perdas de recursos orçamentais provocadas pelo BREXIT. Não se trata, como é óbvio, de introduzir um sistema de cobrança de impostos a nível europeu e de aumentar a carga fiscal que recai sobre os cidadãos europeus.

É possível proceder a um reforço da governança da zona euro sem proceder a uma revisão dos tratados, através

- da criação de uma comissão das finanças interparlamentar da zona euro para exercer o controlo democrático que se concentraria nos aspetos financeiros da zona euro e no seu orçamento. Seria constituída por membros permanentes das comissões das finanças dos parlamentos nacionais e membros da comissão ECON do Parlamento Europeu. Teria como objetivo monitorizar as decisões que impactam diretamente a zona euro de um ponto de vista económico e orçamental, bem como melhorar a relação a nível nacional e europeu em termos orçamentais.

- da designação de um Vice-Presidente da Comissão Europeia, especialmente encarregado da zona euro, em diálogo direto com os parlamentos nacionais competentes e a comissão interparlamentar.

- da conclusão de uma efetiva união bancária, que inclua um sistema europeu de garantia de depósitos, a qual reforçaria a União Monetária Europeia e a prepararia para melhor fazer frente a futuras crises.

b) Investir na investigação e na inovação

A investigação e a inovação sempre desempenharam um papel decisivo na competitividade das empresas e no crescimento económico. Isto nunca foi tão relevante como nos dias de hoje, um período marcado por mudanças tecnológicas, desafios sem precedentes para proteger o planeta das alterações climáticas, de novas ameaças em matéria de segurança e de



defesa, de aspirações mais fortes dos cidadãos a uma maior qualidade de vida e a um maior respeito do ambiente.

A Europa precisa de se mobilizar mais para fazer face a estes desafios.

De facto, a parte do PIB que a UE dedica à investigação/desenvolvimento não supera os 2,03%, ou seja quase um por cento abaixo do seu objetivo (3%). Pior ainda, 17 dos 28 Estados-Membros dedicam-lhe menos de 1,5% do seu PIB. De um ponto de vista global, a UE, em termos de investimento em investigação e inovação, apresenta um atraso de quase 1% em relação aos EUA, e de 1,5% em relação ao Japão, para não falar da China.

Queremos que a UE permaneça uma das principais potências económicas a nível mundial. Para isso é necessário:

- Aumentar para, pelo menos, 120 mil milhões de euros os meios dedicados ao futuro programa-quadro europeu de investigação (Horizon Europe);
- Reforçar a parte dedicada à investigação e à inovação na utilização dos fundos estruturais;
- Atribuir aos futuros fundos comunitários de investimento (Invest EU) os meios necessários para incentivar o setor privado a investir, na melhor das hipóteses, 200 mil milhões de euros suplementares nos próximos sete anos na investigação e inovação;
- Lançar um novo programa ambicioso de apoio à economia digital e à inteligência artificial;
- Concentrar os fundos FEDER sobretudo nas infraestruturas do conhecimento.

c) Implementar uma verdadeira política industrial

A indústria foi durante séculos a base do poder dos Estados europeus, sobretudo nos séculos XIX e XX. Continua a ser o caso hoje em dia, apesar de o setor dos serviços ter vindo progressivamente a ocupar um lugar preponderante.

Os valores falam por si. A indústria europeia oferece emprego a mais de 30 milhões de pessoas. Produz 17% do valor acrescentado e criado na Europa e representa cerca de 70% da totalidade das suas exportações. Cada emprego no setor industrial contribui para a criação direta ou indireta de

dois outros empregos na cadeia de valor. Contudo, não se pode afirmar que existe uma verdadeira política industrial na Europa.

É verdade que a UE continua a liderar mundialmente diversos setores: químico, farmacêutico, metalúrgico, dos transportes (aéreo, ferroviário, rodoviário), etc. No entanto, registamos um atraso em comparação com os EUA nos setores do futuro e estamos a ser ameaçados pelo aumento do poder da China.

Devemos reagir com urgência. Assim propomos:

- A elaboração e implementação de uma estratégia de desenvolvimento da indústria europeia nos setores-chave do futuro: digital, espacial, inteligência artificial, tecnologia de descarbonização, entre outras
- A criação de um dispositivo de autorização prévia de tentativas de obtenção de controlo por investidores estrangeiros de empresas e infraestruturas europeias definidas como estratégicas.
- A revisão das regras da concorrência atuais com vista a não impedir a constituição de gigantes europeus por empresas que operam no mercado mundial.
- A implementação de um dispositivo anti dumping mais rápido e eficaz para sancionar as importações que não cumpram as regras de concorrência leal.

2) O desenvolvimento do pilar social europeu

Apesar do que se encontra estipulado nos Tratados, na prática, a Europa social foi até à data instrumentalizada e submetida à ideologia funcional, baseando-se no pressuposto de que a integração social iria ocorrer automaticamente após a integração do mercado. Esta hipótese não se confirmou e a recente crise revelou grandes desigualdades entre os cidadãos europeus, bem como a falta de satisfação de certas necessidades sociais.

Neste contexto, apresentamos as seguintes propostas:

O pilar social europeu deve ser uma das principais prioridades para os próximos anos: o ideal seria estabelecer um tratado específico sobre a Europa Social onde ficassem definidos os objetivos gerais e o seu âmbito de aplicação de acordo com os princípios da subsidiariedade.



As instituições europeias devem elaborar um roteiro para o desenvolvimento deste pilar social, que ligue a finalização do mercado interno à implementação progressiva de uma verdadeira estratégia de convergência em matéria de condições de trabalho, salário mínimo, luta contra o dumping social, rendimento mínimo garantido e pensões mínimas. O objetivo é erradicar a pobreza e garantir a todos os Europeus o direito a uma vida decente, com base nos diferentes custos de vida nos Estados-Membros, assegurando simultaneamente um crescimento sustentável e uma boa gestão das contas públicas.

De um ponto de vista jurídico, deve-se dar prioridade, nomeadamente, à igualdade de género em termos de acesso ao emprego e de salários.

Recomendamos o incremento da economia social e dos modelos de trabalho colaborativo, como a cooperação coletiva, para combater, nomeadamente, os efeitos negativos da globalização.

Propomos que o Fundo Europeu de Mundialização possa agir de forma preventiva, designadamente, antes de ocorrerem deslocalizações de empresas e despedimentos.

O pilar europeu dos direitos sociais deveria fazer propostas concretas em áreas fundamentais, como o apoio às famílias e às crianças, a promoção de taxas de natalidade mais elevadas, a conciliação da vida profissional e pessoal e a prestação de cuidados prolongados a idosos, sobretudo aos que são dependentes.

Do mesmo modo, devem ser apresentadas propostas para uma melhor inclusão dos menores de 30 anos e dos trabalhadores com mais de 50 anos no mercado de trabalho e da habitação.

Por fim, de acordo com os princípios de subsidiariedade e de proporcionalidade, recomendamos a participação dos governos locais e regionais na gestão de instrumentos, como o Fundo Social Europeu e Garantia para a Juventude, uma vez que as políticas ativas de emprego são aplicadas a nível infra estatal, incluindo as políticas de inovação social e de igualdade.

3) A luta contra as alterações climáticas

As políticas europeias aplicadas ao longo de muitos anos em matéria de luta contra as alterações climáticas são das mais ambiciosas do mundo. É o caso, por exemplo, dos objetivos europeus dos 3X20 (-20% de emissões de



CO₂, +20% de produção de energia renovável, -20% de consumo de energia, tudo isto até 2020).

Mas enquanto os Estados Unidos se afastaram dos acordos de Paris de 2015, a Europa deve retomar a iniciativa.

Neste contexto, o PDR reafirma a sua convicção de que a transição para uma economia verde deve consubstanciar a terceira revolução industrial, geradora de milhões de empregos na Europa e no mundo, e apresenta as seguintes propostas:

- Estabelecimento de um preço para as emissões de gases com efeito de estufa. O carvão é o principal responsável pelo aquecimento global. No entanto, atualmente o carvão é mais barato do que o gás, apesar de este ser menos poluente. Atribuir um preço às emissões de gases com efeito de estufa é um sinal forte que as empresas esperam para começar a adotar energias renováveis.
- Criação de um imposto sobre as transações financeiras. Fonte de financiamento inovador, duradouro e não discriminatório, esta taxa pode permitir a constituição de um fundo global de investimento para a redução das emissões de gases com efeito de estufa.
- Implementar instrumentos globais de monitorização e avaliação dos compromissos assumidos pelos Estados na 21^a Sessão Anual das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre as Alterações Climáticas (COP21). Tais instrumentos representam a garantia de que os compromissos assumidos serão cumpridos, a fim de assegurar transparência e responsabilidade comum. Permitirão igualmente aumentar os compromissos a cada cinco anos.
- Ter uma política mais ambiciosa na abordagem dos problemas relacionados com as florestas, a agricultura, as paisagens e os alimentos. Propomos, sobretudo, programas de regeneração da cobertura vegetal nas zonas urbanas particularmente sujeitas a canículas no verão, de proteção acrescida das florestas e das árvores (nomeadamente em meios urbanos).
- Criar uma força europeia de proteção civil para responder às catástrofes naturais nos vários estados membros.
- Elaborar, à semelhança da que foi criada para a agricultura, uma Política Energética Comum cujo ato fundador seria o lançamento de um plano de investimento climático de 100 mil milhões de euros, sustentado pelo BEI, para o período de 2019–2024, que consistiria concretamente no



empréstimo aos Estados, coletividades e empresas, de fundos necessários para aumentar significativamente os seus investimentos em quatro domínios: a renovação energética dos edifícios, as redes inteligentes (smartgrids), os sistemas de armazenamento de energia e a produção de energia renovável.

- Reorganizar a governança europeia do mar e dos oceanos para reforçar a liderança da Europa.
- Proibir o plástico não reciclável até 2025.

A segunda prioridade do PDR é a luta pela preservação da biodiversidade: uma ambição europeia à qual se deve atribuir o mesmo grau de importância do que às alterações climáticas. O PDR pretende que esta situação seja plenamente tomada em consideração e apresenta as seguintes propostas:

- Relançamento de um diálogo entre os países da União Europeia para estabelecer a proibição das substâncias químicas mais tóxicas e consolidar cada decisão com um plano de acompanhamento para os profissionais e setores mais afetados por essas proibições. Preparar, em quaisquer circunstâncias, uma nova decisão para proibir definitivamente o glifosato até 2023.
- Iniciar uma série de medidas aplicáveis aos produtos importados pela União Europeia e que não cumprem as medidas ambientais impostas aos nossos produtores e empresas.
- Adotar um programa de ação e de apoio dedicado às explorações de ovinos que coabitam diretamente com grandes predadores (ursos, lobos, lince).

4) Um novo modelo de agricultura e de pesca sustentável

a) Agricultura

Embora reconheçamos o valor acrescentado da agricultura europeia, defendemos o desenvolvimento de um novo modelo de agricultura sustentável, eficaz e produtivo combinando objetivos económicos e ambientais ambiciosos que irão beneficiar os agricultores, os consumidores, as comunidades rurais e o ambiente.



Pretendemos que a sustentabilidade, a inovação, a segurança alimentar em toda a União Europeia, a competitividade e a luta contra as alterações climáticas sejam os principais fatores da reforma.

Além disso, o orçamento da Política Agrícola Comum deve ser suficiente para garantir um financiamento adequado dos seus objetivos e evitar qualquer possibilidade de renacionalização no futuro.

Defendemos uma Política Agrícola Comum justa para todos os agricultores. No entanto, temos consciência do facto de as condições naturais, os custos de produção e o nível de vida em geral não serem iguais em toda a Europa. E esses elementos devem ser tidos em conta durante a redistribuição das ajudas. Consideramos, portanto, que um sistema de pagamento fixo da UE não iria refletir adequadamente a diversidade agrícola da UE. A PAC deveria igualmente refletir os objetivos do pilar social europeu em matéria de luta contra a pobreza rural e o desemprego.

Apoiamos uma orientação contínua da Política Agrícola Comum para o mercado e não o regresso a políticas que já fracassaram, insistindo no facto de que tal não deve ser feito em detrimento da segurança alimentar e da qualidade, do bem-estar dos animais, do ambiente ou da capacidade de os agricultores conseguirem um rendimento justo pela entrega dos seus produtos no mercado.

Somos a favor de uma Política Agrícola Comum que promova uma variedade de modelos agrícolas e apoiamos uma transição progressiva para métodos agrícolas que minimizem a utilização de produtos fitossanitários e os substitua por alternativas mais amigas do ambiente, garantam normas elevadas do bem-estar dos animais e uma rastreabilidade acrescida, assegurem normas sanitárias e fitossanitárias, preservem e restaurem a biodiversidade e abordem o desperdício alimentar. Essas medidas deverão ser acompanhadas de objetivos e indicadores concretos da União Europeia, sempre que possível.

Apoiamos uma futura Política Agrícola Comum que realce a importância e incentive o desenvolvimento de sistemas de qualidade alimentar, tais como indicações geográficas, em reconhecimento do valor acrescentado da agricultura europeia. Os produtos de qualidade da UE fazem parte da cultura e do património europeus, constituem uma enorme vantagem europeia no mundo inteiro e são essenciais para estimular as economias rurais e as PME.



Para concluir o tema da PAC, consideramos que o investimento na inovação, na digitalização, na educação e na formação são vitais para o futuro da agricultura europeia a fim de “ligar o que sabemos àquilo que cultivamos”.

b) Pescas

A política comum da pesca também é uma política-chave para a União Europeia e deveria ser necessário o cumprimento de todas as disposições para proteger os empregos dos nossos pescadores e do ambiente marinho. O correto funcionamento do dispositivo de controlo iria contribuir para a viabilidade do setor no seu conjunto; deveria ser dada especial atenção à aprovação de novos protocolos sobre os acordos de parceria que já se encontram em vigor no setor da pesca. O Brexit poderá ter um impacto importante nas reservas haliêuticas partilhadas e no acesso ao mercado, motivo pelo qual um acordo de pesca deve ser encarado como uma prioridade.

5) Transporte para um sistema de mobilidade europeu integrado

A criação de um sistema de mobilidade integrado sustentável, eficaz para os utilizadores e no âmbito de um mercado interno, aberto e competitivo para os empreendedores é um objetivo prioritário para o Partido Democrático Republicano porque:

- Este tipo de sistema é essencial para garantir a livre circulação das pessoas e das mercadorias, bem como o bom funcionamento do mercado interno.
- É crucial para o sucesso das políticas de combate às alterações climáticas e de transição energética. Atualmente, o transporte é responsável por um terço do consumo final de energia dos países-membros da Agência Europeia do Ambiente. Grande parte deste consumo é de origem fóssil. Um quinto das emissões de gases com efeito de estufa na União Europeia provêm dos transportes.
- É essencial para a competitividade da nossa economia, uma vez que a saturação e os problemas de mobilidade de bens e pessoas implicam um custo anual de 1% do PIB da União Europeia para as empresas e as



administrações. Este enorme montante tem repercussões no custo final dos nossos produtos. O modelo de transporte atual conduz a uma forte dependência em relação a importações de combustíveis fósseis, que não são renováveis e provêm de regiões do mundo que enfrentam problemas de estabilidade.

A proposta do PDR contém três pontos:

a) A criação de um sistema integrado de mobilidade que oferece aos utentes:

- Um controlo dos serviços contratuais em termos de preço e tempo.
- Uma prestação de serviços de transporte do primeiro ao último quilómetro como parte de uma só compra ou de uma só operação contratual.
- Uma combinação automatizada e inteligente dos diferentes modos de transporte utilizados para resolver o transporte de mercadorias ou a deslocação de pessoas.

b) Um quadro jurídico homogéneo que ofereça segurança:

- Aprofundar o princípio de céu único, a interoperabilidade ferroviária (jurídica e técnica) e evitar os problemas de dumping social que constituem outra causa de fragmentação do mercado.
- Uma legislação inteligente, a uniformização das definições, a simplificação dos processos, a redução das cargas administrativas e a facilitação da avaliação dos resultados.

c) Uma política industrial para o setor:

- Reativar o transporte como fonte de emprego através da formação dos seus profissionais, o apoio aos empreendedores e o compromisso na I&D para apoiar as novas empresas que conduzirão à intermodalidade e à gestão dos “grandes volumes de dados” relacionados com a circulação de bens e pessoas.
- Promover a “descarbonização” progressiva dos combustíveis em todos os modos de transporte e adaptá-los progressivamente aos usos nos quais cada modo oferece os melhores desempenhos.



- Apoiar uma maior mobilidade elétrica ao nível dos veículos e promover ferramentas para passar dos combustíveis fósseis aos veículos elétricos. (Sistemas e estações de carregamento, subsídios para a aquisição de veículos elétricos e sistemas de carregamento com energia renovável para os agregados familiares.)
- Promover a liderança mundial da União Europeia na prestação de serviços de transporte, de bens, de equipamentos e de tecnologias de transporte.

Terceiro pilar: o que a Europa tem a dizer ao mundo, uma Europa poderosa

1) Uma futura política externa europeia coerente e ativa

A União tem de influenciar a vizinhança e o mundo ao promover a paz, a estabilidade, a prosperidade e a segurança. Para obter resultados significativos, precisamos de uma política externa coerente e ativa. Por isso, entendemos que a União e os seus Estados-Membros devem falar numa só voz quanto às principais questões do mundo atual. A situação atual de políticas frágeis não reflete o verdadeiro potencial da UE. Devíamos rever novamente as nossas regras internas de tomada de decisões e de compromisso em assuntos internacionais para as tornar mais eficazes e mais respeitadas, para que a União passe de uma potência branda a um verdadeiro ator mundial.

A futura política externa europeia devia basear-se num facto crucial: a Europa não é apenas um continente, uma área política e cultural, nem uma área económica, é acima de tudo uma ferramenta de resolução de conflitos a nível mundial. É desta forma que somos vistos pelo mundo inteiro, e a nossa política externa devia inspirar-se nisso. Passámos de um “território de guerra”, com “inimigos hereditários”, a uma entidade democrática de paz e de desenvolvimento, cujo propósito é ser um “construtor de paz”.

A nível mundial, os Estados Unidos continuam a ser nossos aliados e um interlocutor importante, mas temos de resolver, através do diálogo e da persuasão, as questões atualmente levantadas sobre o comércio e os direitos aduaneiros. Além disso, a Rússia e o seu papel no mundo não podem ser



desprezados. Existem aspetos de conflito e aspetos de cooperação importantes entre a União Europeia e o Governo russo, nos quais devemos continuar a trabalhar com determinação. São essenciais os nossos acordos comerciais e a nossa diplomacia ativa com as potências mundiais emergentes. Neste âmbito, a política externa comum deve focar-se numa verdadeira parceria entre a União Europeia e a União Africana.

As nossas políticas de vizinhança devem, também, ser aplicadas com mais vigor. Devemos, portanto, comprometer-nos mais ativamente com os nossos vizinhos dos Balcãs Ocidentais. Temos de convencê-los a abandonar a retórica nacionalista, a respeitar as relações de boa vizinhança, a adotar sem reservas normas democráticas e a reformar a sua economia e a sua administração.

Quanto à situação de Chipre, uma solução europeia implica necessariamente a retirada do exército turco e dos colonos, bem como a abolição do sistema de garantias pelos Estados envolvidos, um sistema que no passado abriu caminho para a atual divisão da ilha.

Mais a leste, o Governo de Ancara pratica uma política agressiva no exterior e uma política autoritária no interior das suas fronteiras. Deveria ser claro que qualquer forma de agressão contra os Estados-Membros da UE, incluindo Chipre, Grécia e outros países fora da UE, como a Síria e o Iraque, tem de parar. A Turquia tem de reconhecer a existência do povo curdo e garantir-lhe o grau adequado de autonomia.

2) Política de defesa e de segurança

a) A política de defesa da União Europeia baseia-se antes de mais na implementação da Cooperação Estruturada Permanente (CSP ou PeSCo em inglês).

Este instrumento foi estabelecido pelo Tratado de Lisboa, que introduz a possibilidade de um núcleo de Estados da União Europeia desenvolver a sua colaboração no domínio da defesa. Foi ativado em 2017 por um grande grupo de 25 Estados-Membros (excluindo apenas o Reino Unido, a Dinamarca e Malta). A CSP permite aos Estados-Membros assumir compromissos recíprocos relativamente ao aumento e à coordenação das suas despesas de defesa, à participação em programas de armamento cooperativos e ao reforço das capacidades operacionais das suas forças



armadas. Entretanto, foi estabelecido um segundo mecanismo, o Fundo Europeu de Defesa, a fim de financiar a investigação no domínio militar (13 mil milhões de euros). Em junho de 2018, foi lançada a Iniciativa Europeia de Intervenção (IEI) que junta 9 países para conduzir intervenções externas conjuntas.

Além disso, seria conveniente procurar um modelo de regulação e de defesa do ciberespaço à escala europeia. Na verdade, o ciberespaço tornou-se um local de confronto onde as ações ofensivas contra os sistemas informáticos dos estados, as infraestruturas críticas ou as empresas de interesse estratégico se tornaram diárias e podem afetar totalmente a nossa defesa e a nossa segurança interna, bem como causar efeitos sistémicos no funcionamento das nossas sociedades. Não há dúvida de que em breve estes ataques se tornarão letais. Desta forma, consideramos que a nível europeu seja dada uma resposta penal efetiva ao cibercrime e promovida uma cultura partilhada da segurança informática, bem como contribuir para uma Europa digital confiante e segura.

b) A luta contra a ameaça terrorista:

Hoje em dia, e desde há alguns anos, a segurança é a grande preocupação de todos os cidadãos da UE, nomeadamente após os vários ataques terroristas que ocorreram em solo europeu. A ameaça terrorista evoluiu constante e rapidamente, e pode ser considerada polimorfa, endógena e exógena. É também uma ameaça terrorista multifacetada, uma vez que existem várias formas de terrorismo: o chamado terrorismo islâmico, mas também o terrorismo de extrema-direita e de extrema-esquerda. Se pretendemos lutar de forma eficaz contra esta ameaça, que afeta os nossos valores europeus, temos de fornecer respostas eficazes, variadas e coordenadas.

O terrorismo é um assunto que diz respeito a todos: afeta toda a União Europeia porque os terroristas conseguem muito facilmente atravessar as fronteiras materiais e imateriais. É, portanto, indispensável que as respostas sejam europeias, para que a nossa União crie um verdadeiro espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

Propomos o seguinte:



- Basear todas as nossas políticas de combate ao terrorismo num princípio fundamental: o equilíbrio entre a necessidade de segurança e o respeito dos direitos fundamentais e dos valores europeus. Face ao obscurantismo e à rejeição dos nossos valores europeus, temos de defender os direitos fundamentais e respeitar os nossos valores democráticos. A proteção da privacidade é um direito fundamental, temos de rejeitar o desenvolvimento de uma sociedade de vigilância generalizada, onde todos seriam considerados suspeitos.

- Temos de maximizar o valor acrescentado da União na troca de informações e na cooperação. Não podemos combater a ameaça terrorista sem cooperação nem troca de informações. A União desempenha um papel vital neste sentido. Isto deve passar pela utilização e reforço das agências europeias, por exemplo, tornando a Europol uma verdadeira autoridade policial europeia com um poder de iniciativa real. Relativamente aos serviços de informação, saudamos o estabelecimento de uma academia de serviços de informação (Académie du Renseignement), como um primeiro passo importante para melhorar a cooperação e alcançar, a longo prazo, a criação de uma verdadeira agência de serviços de informação europeia.

- Temos de atacar diretamente as suas causas fundamentais ao intensificar os nossos esforços contra a radicalização. Não podemos limitar a nossa resposta às políticas de segurança. Temos de efetuar uma verdadeira análise da nossa sociedade, incluindo a integração, o bem-estar social e o emprego; para compreender porque os cidadãos, nomeadamente os jovens, se radicalizam. A luta contra a radicalização também exige que se lute contra os canais de difusão da propaganda terrorista, tanto na Internet, como na prisão. Temos de reunir todos os recursos e conhecimento e utilizá-los na deteção e prevenção atempada do radicalismo e na desradicalização nos locais onde esta já estiver presente.

- Temos de privar os terroristas de financiamento e meios de ação. Para impedir ataques terroristas, temos de atacar a raiz do problema: o financiamento. Para tal, temos de agir em várias frentes, à semelhança das organizações terroristas. A União Europeia também tem de adotar políticas proactivas, para se colocar um passo à frente dos terroristas, por exemplo, através da regulação das criptomoedas.

- Temos de condenar os terroristas. Para tal, devemos uniformizar as leis entre os Estados-Membros. Nos últimos meses, após a queda do Califado, levantou-se a questão crucial dos “retornados” e do julgamento das pessoas detidas na Síria, no Iraque ou em território curdo. O mesmo é



válido para as pessoas que saem da prisão. Qualquer pessoa deve ser julgada e dispõe de direitos. Os Estados não o podem ignorar. A União tem de agir, uniformizando as sanções no seio dos Estados e estipulando penas mínimas. Também temos de estender os poderes da futura Procuradoria Geral Europeia à criminalidade transnacional grave e ao terrorismo.

- Consolidar ainda mais o controlo das fronteiras externas da União Europeia: A necessidade de protegermos as nossas fronteiras externas não deve em caso algum promover o desenvolvimento de confusões entre a migração e o terrorismo: não nos esqueçamos de que 70% dos ataques são executados por cidadãos europeus e a esmagadora maioria das vítimas do terrorismo no mundo são muçulmanas! No entanto, a nossa União tem de proteger as suas fronteiras externas, nomeadamente através da europeização da Frontex, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira.

3) Uma abordagem global e pragmática das migrações

A Europa enfrenta um dos maiores desafios migratórios desde a Segunda Guerra Mundial. As causas são conhecidas: evolução dos interesses geoestratégicos, conflitos armados, ditaduras, violações dos Direitos Humanos, má governação, deterioração ambiental, alteração climática, pobreza endémica. As medidas adotadas em anos anteriores tinham um carácter unilateral e poucos resultados tiveram. Trata-se de medidas específicas que mostraram que os efeitos da imigração não podem ser abordados de forma separada. O fenómeno migratório requer uma abordagem global e integrada que faça frente aos desafios, explorando em simultâneo os benefícios da imigração. Os níveis locais e regionais têm de ser integrados nos processos de tomada de decisão. As autoridades locais e as regiões estão, na verdade, mais próximas dos eventuais problemas, das necessidades e da situação real do mercado de trabalho. Este conhecimento é um elemento essencial para humanizar a política migratória.

Esta abordagem nova e global deve basear-se nas seguintes linhas:

a) A gestão comum das fronteiras externas:

Temos de reformular Schengen. Apoiamos o estabelecimento de normas comuns para os controlos efetuados nas fronteiras externas da União



Europeia e a criação de um sistema integrado que permita vigiar estas fronteiras. Os programas de busca e salvamento em alto mar e a luta contra as redes criminais que se dedicam ao tráfico de seres humanos têm de ser conduzidos de forma coordenada e as ações da Frontex através do Eurosur (sistema de vigilância dos litorais europeus) têm de ser intensificadas, permitindo aos Estados-Membros partilhar em tempo real imagens e dados sobre a situação nas fronteiras externas.

b) A cooperação com países de origem e passagem:

A prevenção na origem é fundamental para moderar a chegada massiva de imigrantes às costas europeias. Esta cooperação têm de ser implementada em várias áreas para gerir os fluxos migratórios a fim de garantir a paz e a segurança, promover a consolidação democrática e estimular o crescimento económico para além do apoio ao desenvolvimento. O novo programa-quadro da parceria em matéria de migração aprovado pela União Europeia em julho de 2016 foi positivamente avaliado em setembro de 2017. Por isso, propomos que lhe seja dado seguimento, reforçando a sua implementação em países prioritários e alargando-o a um maior número de países. No que diz respeito ao destacamento de especialistas nos países de origem e de passagem, a União Europeia mantém as missões militares e civis de formação e de apoio democrático em vários países; missões estas que devem ser expandidas e aprofundadas. Por fim, apoiamos a sensibilização e a difusão de informações precisas nos países de origem sobre os riscos e os custos associados à permanência ilegal na Europa.

c) A luta contra o tráfico ilegal de imigrantes:

Cerca de 90% dos imigrantes que alcançam as costas europeias fazem-no por intermédio de máfias locais associadas às variadas organizações de crime organizado a nível mundial envolvidas no tráfico de seres humanos, no tráfico de droga ou no branqueamento de dinheiro. É, portanto, necessário considerar uma abordagem global, multidisciplinar e transfronteiriça, reforçando a cooperação operacional para investigar, perseguir e sancionar estas atividades, monitorizar os seus fluxos financeiros e utilizar o progresso tecnológico para detetar a fraude no



domínio dos documentos, intensificar os mecanismos previstos no Plano de ação contra o tráfico de migrantes, bem como no âmbito do Eurojust relativamente ao tráfico ilegal de migrantes para identificar os obstáculos no domínio das ações penais e da cooperação judicial.

d) A promoção de políticas de regresso, de readmissão e de reintegração:

Uma política de regresso eficaz e centrada no ser humano é essencial no combate à imigração ilegal, tanto para os imigrantes como para as máfias e as organizações criminais internacionais. Neste momento, a política de regresso não é totalmente eficaz e os traficantes sabem disso. É, portanto, preciso melhorar estes mecanismos aplicados pelos Estados-Membros de forma muito diversificada. Devemos começar por intensificar a cooperação internacional e o intercâmbio de boas práticas entre os Estados-Membros, as agências da União e os países de origem dos migrantes. Os Estados-Membros deverão aproveitar mais o potencial da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras dando-lhe o direito de repatriar os imigrantes recolhidos para portos de países seguros, bem como o Fundo de asilo, de migração e de integração para apoiar as atividades de regresso. Para este efeito, os recursos humanos da FRONTEX têm de ser aumentados, uma vez que o objetivo de 10 mil membros em 2027 está longe de ser alcançado. É também essencial estabelecer uma distinção jurídica clara entre as responsabilidades e os direitos das ONG humanitárias, as agências europeias e as autoridades dos Estados-Membros.

e) A harmonização do direito de asilo:

A crise de refugiados mostrou que o sistema atual está mal preparado para responder aos problemas do asilo. Os requerentes de asilo não são tratados de forma uniforme de um Estado-Membro para outro. Isto incentiva deslocamentos secundários, o “asilo a pedido”, os abusos do sistema de asilo e a apresentação de pedidos em vários países já saturados pela pressão migratória atual, o que levou alguns deles a restabelecer controlos nas fronteiras internas. É necessário rever as regras de asilo para assegurar que as responsabilidades são partilhadas e que nenhum país é alvo de maior



pressão migratória para ou por oferecer melhores condições. A reforma tornaria o sistema de asilo mais eficaz, facilitando assim o combate aos abusos. A revisão do sistema deverá permitir uma maior homogeneidade nos procedimentos de asilo, nas condições de obtenção de proteção internacional, bem como nas condições de acolhimento. A reforma do Regulamento Dublin, elemento-chave do sistema de asilo comum, deve ser realizada rapidamente, a fim de o tornar eficaz.

4) Reinventar a nossa política comercial europeia para uma maior eficácia e aceitabilidade

Uma das grandes prioridades do novo Parlamento Europeu será assegurar os interesses comerciais europeus num quadro mais transparente e democrático. A União Europeia deve ser mais reativa face às barreiras aduaneiras e mais exigente quanto ao cumprimento das normas. Além disso, o modelo atual de negociação em segredo dos acordos de comércio livre por parte da Comissão Europeia é insustentável.

Primeiro, os cidadãos sentem-se postos de parte: os dirigentes validam os mandatos de negociação com uma indiferença geral, autorizam a ratificação do Tratado sobre os elementos relevantes da competência a nível europeu e depois estimulam um debate público para a ratificação no Parlamento dos elementos relevantes da sua competência. Consoante as respetivas práticas nacionais, certos Estados associam mais ou menos os seus Parlamentos e a opinião pública durante o processo. A reapropriação civil é portanto essencial no momento em que o comércio livre se torna um verdadeiro problema social.

As propostas do Partido Democrático Republicano são as seguintes:

a) É preciso reinventar uma **reapropriação civil do comércio livre** ao afirmar, face à opinião pública, o papel do Parlamento Europeu como ferramenta de controlo democrático dos acordos (ao ratificá-los) e ao envolver os parlamentos nacionais como ferramentas de controlo democrático dos seus executivos (que validam os mandatos de negociação e os acordos negociados pela Comissão). Estes debates devem ocorrer antes



de conferir um mandato à Comissão, para que sejam mais transparentes e construtivos. O Parlamento Europeu deve também desenvolver novos procedimentos para estimular um debate público informado e que respeite a diversidade das opiniões, por exemplo, através de uma plataforma digital civil.

b) Promover, a nível europeu, acordos de nova geração:

- Que sejam verdadeiras ferramentas para a transição ambiental ao conferirem ao Acordo de Paris sobre o clima a natureza de uma condição sine qua non, ou seja, de uma condição sem o respeito da qual o acordo comercial não é válido ou não produzirá efeitos. Isto constituirá um custo direto para todos os que não cumprirem os seus compromissos climáticos e refletirá o compromisso da comunidade europeia: comércio livre, sim, mas não a qualquer preço.
- Que sejam ainda mais exigentes a nível ambiental para com os países desenvolvidos. Os acordos de comércio livre em questão devem ter um impacto ambiental marginal muito baixo. Por exemplo, ao utilizar modos de produção e de transporte amigos do ambiente (por exemplo, transporte por barco por meio de propulsão ecológica, novos modos de produção de baixo impacto, etc.).
- Que garantam aos Estados-Membros o direito de confiar aos serviços públicos as missões que determinarem.
- Que reforcem o princípio de precaução em matéria de segurança alimentar.
- Que permitam aos Estados-Membros falar em uníssono com os principais atores na cena internacional (convém realçar que a China tem uma estratégia face à Europa e que a Europa tem 28 estratégias face à China).

Lisboa, 1 de maio de 2019